

Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal

4º Trimestre de 2024



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Composição do Tribunal – 2025

Desembargadores de Contas

Manoel Paulo de Andrade Neto Marcio Michel Alves de Oliveira – Presidente

Inácio Magalhães Filho – Vice-Presidente

Marcio Michel Alves de Oliveira – Desembargador-Corregedor

Antônio Renato Alves Rainha – Regente da Escola de Contas Públicas

Paulo Tadeu Vale da Silva – Desembargador-Ouvidor

André Clemente Lara de Oliveira – Relações Institucionais

Anilcéia Luzia Machado – Presidente da Comissão de Regimento e Jurisprudência

Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal

Demóstenes Tres Albuquerque – Procurador-Geral

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Marcos Felipe Pinheiro Lima

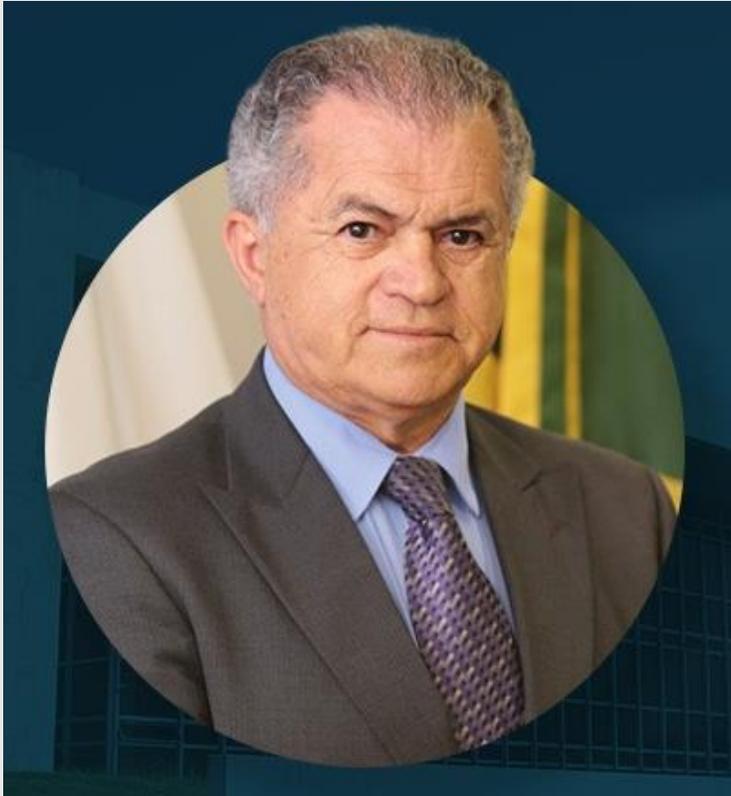
Auditor (Desembargador de Contas Substituto)

Vinícius Fragoso

RELAÇÃO DAS SIGLAS

ADA	Análise de Decisões Automatizada	SEAGR/DF	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
ADASA	Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal	SEAPE	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	SECEC/DF	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
CAESB	Companhia de Saneamento do Distrito Federal	SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
CCUG	Centro de Convenções Ulysses Guimarães	SEE/DF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
CLDF	Camãra Legislativa do Distrito Federal	SEEC/DF	Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público	SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
DF	Distrito Federal	SEL	Secretaria de Estado do Esporte e Lazer
ESCON	Escola de Contas Públicas do TCDF	SEMA/DF	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal
IA	Inteligência Artificial	SEMOB	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental	SEPE	Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal
IGESDF	Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal	SES/DF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
IRB	Instituto Rui Barbosa	SETUR/DF	Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal
MMD-TC	Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas	SINDEC	Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores
MPJTDF	Ministério Público junto ao TCDF	SIRAC	Registro de Atos de Concessões e Admissões
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	SO	Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
OAB/DF	Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal	TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
PPPs	Parcerias Público-Privadas	TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Apresentação



Em atendimento ao disposto no art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente ao 4º trimestre de 2024.

O Relatório de Atividades registra as principais ações realizadas por esta Casa no trimestre, reunindo as ações de controle externo e as de apoio à atividade-fim do Tribunal.

Essas realizações resumem o esforço deste Tribunal para cumprir sua missão institucional de maneira efetiva, eficaz e eficiente.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Manoel de Andrade'.

MANOEL DE ANDRADE

PRESIDENTE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
RESUMO DA ATUAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
PERSPECTIVA SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	9
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS.....	23
PERSPECTIVA RECURSOS E PESSOAS.....	27

Resumo da Atuação do Plenário no 4º Trimestre

R\$ 198,3 milhões

Valor das condenações

R\$ 112,6 milhões

Economia estimada gerada na
fiscalização de licitações

1.199

Número de
decisões do
Tribunal

779

Processos julgados
conclusivamente

143

Acórdãos
proferidos

24

Medidas
cautelares
concedidas

32

Responsáveis
condenados em
multa ou débito

4

Responsáveis inabilitados para
o exercício de cargo em
comissão ou função de
confiança na Administração
Pública Distrital

Resumo da Atuação das Secretarias de Controle Externo no 4º Trimestre

1.122

Instruções de Processos

2.938

Atos de Pessoal Analisados

5

Auditorias

10

Inspeções

3

Análises de
PPP/Concessões

6

Monitoramentos

2

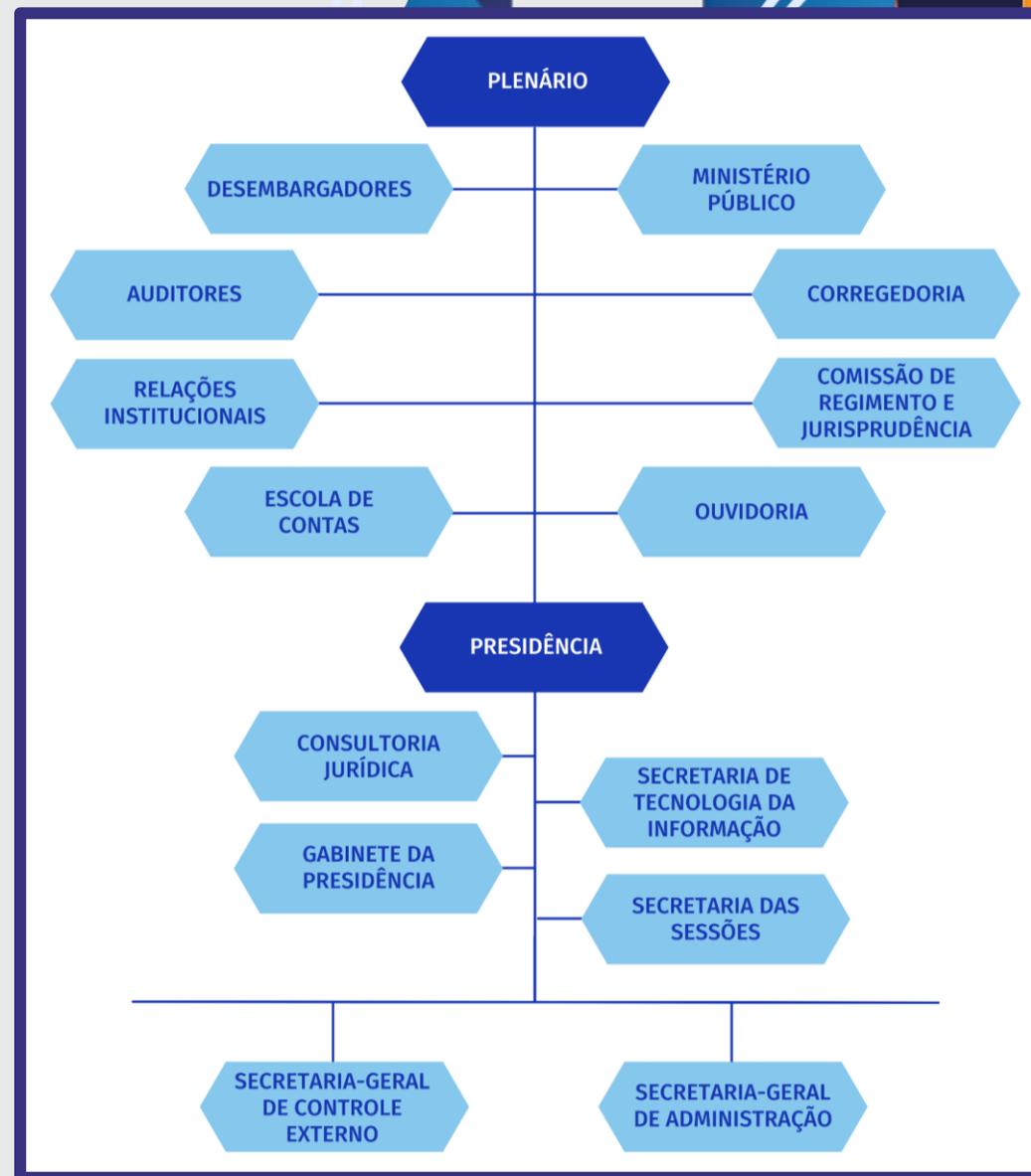
Levantamentos

Introdução

Com o intuito de dar relevo aos serviços prestados pelo Tribunal, as principais atividades realizadas no período foram agrupadas da seguinte forma: Sociedade e Administração Pública; Processos Internos; e Recursos e Pessoas.

O TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma, conforme a ilustração ao lado.

Por intermédio dessas unidades, efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de controle externo.





Sociedade e Administração Pública

Essa perspectiva reflete os principais resultados alcançados pelo TCDF com impacto mais perceptível pela sociedade e pelos gestores públicos, a exemplo das ações que visam ao aprimoramento da gestão pública, das auditorias e das demais fiscalizações, bem como das decisões proferidas pelo TCDF.

DESTAQUES NA PERSPECTIVA “SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

Doação de Computadores e Consultórios Odontológicos

O TCDF doou 148 computadores e dois consultórios odontológicos à Secretaria de Educação do DF. A doação visa fortalecer a educação e a saúde dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Transparência Pública

O Tribunal foi destaque no maior programa de avaliação da transparência pública do Brasil, recebendo o Selo Diamante de Qualidade do Radar de Transparência. O TCDF apresentou um índice de transparência de 96,26%, enquanto a média nacional em 2024 foi de 63,94%.



Espaço Juliano Costa Couto

O TCDF inaugurou o Espaço Juliano Costa Couto, que inclui salas de apoio a advogados e atendimento ao público. O local oferece infraestrutura adequada para a advocacia e homenageia o ex-presidente da OAB/DF, conhecido por sua contribuição à defesa dos direitos e da justiça.

Jurisprudência do TCDF

Os boletins de jurisprudência do TCDF foram atualizados e estão disponíveis para consulta pública. Com uma seleção organizada de decisões, a iniciativa busca facilitar o entendimento para gestores, advogados e servidores, reafirmando o compromisso do tribunal com a transparência e a disseminação do conhecimento técnico.



DECISÕES RELEVANTES

PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

► Auditoria revelou falhas no funcionamento do Hospital Veterinário Público do DF e o descumprimento da lei que proíbe a circulação de veículos que utilizam tração animal. O Tribunal emitiu uma série de determinações, como a adoção de medidas para manutenção, reforma e/ou ampliação dos currais e baias destinados aos animais; e a garantia pela Seec de recursos orçamentários para as obras de manutenção do curral da Seagri/DF (Processo nº 00600-00007380/2023-30-e).

MEIO AMBIENTE

► O TCDF fixou prazo para a Sema e o Ibram responderem sobre possíveis falhas no planejamento e na publicidade de medidas para combater incêndios florestais no DF (Processo nº 00600-00011750/2024-14-e).

EDUCAÇÃO

► Auditoria do TCDF revelou diversos problemas de segurança, acessibilidade, infraestrutura e tecnologia em escolas públicas do DF. O Tribunal determinou que a SEE aperfeiçoe o planejamento da oferta de vagas na rede pública de ensino, considerando os limites máximos de alunos por turma, a capacidade física das escolas e a demanda existente e a reprimida em cada Região Administrativa (Processo nº 00600-00001463/2023-15-e).

INFRAESTRUTURA

► O TCDF fixou prazo para a Setur/DF adotar medidas e corrigir falhas na execução do contrato de concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Entre as determinações feitas constam: criar uma comissão especial de obras para acompanhar as reformas e modernizações do CCUG; capacitar os servidores da Setur; medição do desempenho da concessionária; calcular anualmente o Índice de Desempenho para compor a parcela variável da outorga; e considerar um novo cronograma de investimentos obrigatórios (Processo nº 00600-00002821/2023-15-e).

► O TCDF solicitou à Secec informações sobre a continuidade das negociações com a Novacap para um convênio de reforma do Teatro Nacional (exceto a Sala Martins Pena). O Tribunal também questionou o andamento da reforma da Sala Villa Lobos e o *status* da solicitação ao Ministério da Cultura para incluir as reformas das outras salas no Plano de Investimentos do Governo Federal (Processo nº 00600-00013602/2021).

DECISÕES RELEVANTES

Contas do Governo de Ibaneis Rocha referentes a 2023

O TCDF **aprovou as contas do Governo** referentes a 2023, com ressalvas. A Corte fez 27 ressalvas e 25 determinações, destacando questões como:

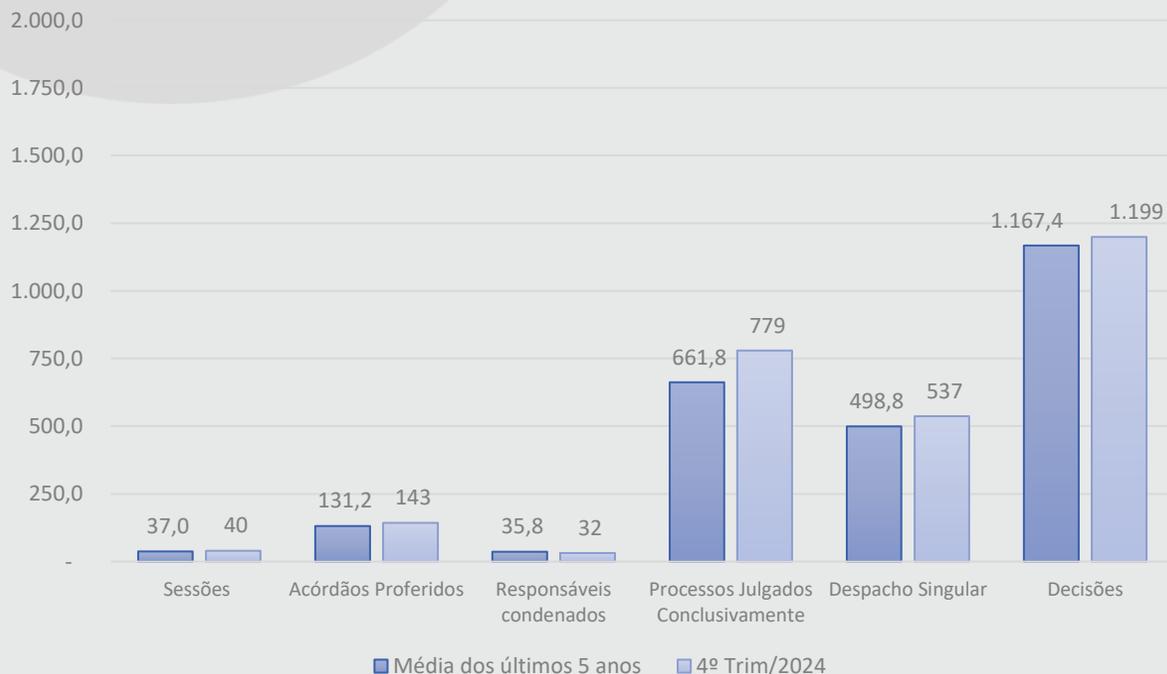
- ✓ a recorrente realização de despesas sem cobertura contratual;
- ✓ a ausência de sistema com informações sobre o andamento das obras públicas;
- ✓ a falta de transparência relativa às PPPs;
- ✓ as falhas na implementação da Política de Atenção Primária à Saúde e a má gestão na oferta de exames de endoscopia pela rede pública;
- ✓ as falhas na implementação do Plano Distrital de Educação;
- ✓ a necessidade de aprimoramento nas ações de proteção animal;
- ✓ as lacunas no gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial nos relativos à construção civil;
- ✓ as deficiências no planejamento, na implementação e na avaliação das políticas voltadas às mulheres.

Quantidade de Processos Apreciados pelo Tribunal

Foram apreciados pelo Plenário do Tribunal **1.199 processos** no trimestre, dos quais resultaram decisões preliminares e conclusivas.

O quantitativo de decisões foi **2,71% superior à média quinquenal.**

Indicadores do Plenário



Os principais assuntos dos processos apreciados e instruídos no trimestre foram atos de pessoal, representações e contas anuais e especiais.

Processos Apreciados por Assunto

Assunto	Quantidade	
	Decisões	Instrução de Processos
Representações	207	207
Contas	177	159
Tomada de Contas Especial	125	102
Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias	45	55
Tomada de Contas Anual	4	1
Prestação de Contas Anual	2	0
Contas de Governo	1	1
Editais de Licitação	116	123
Licitação	115	122
Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão	1	0
Análise de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	0	1
Fiscalizações	76	68
Auditoria de Regularidade	20	20
Inspeção	17	13
Auditoria de Desempenho/Operacional	15	16
Auditoria Realizada por Outros Órgãos	8	6
Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns	5	6
Auditoria Integrada	4	0
Monitoramento de Decisões	3	3
Auditoria Financeira	2	1
Levantamento	1	2
Monitoramento do cumprimento de Decisões Plenárias	1	0
Fiscalização de Pessoal	0	1
Outros Assuntos	157	143
Regularização de Débito	54	72
Denúncia	31	17
Acompanhamento da Gestão Governamental	13	12
Edição de Normativo	11	2
Estudos Especiais	9	1
Acompanhamento de Gestão Fiscal	7	5
Consulta	5	7
Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes	3	11
Contrato, Convênios e Outros Ajustes	3	1
Plano Geral de Ação	3	0
Pedido de Prorrogação de Prazo	2	4
Planos e Programas de Trabalho	2	1
Análise de Metas Fiscais	2	1
Análise de Defesa	2	0
Pagamentos diversos	2	0
Acompanhamento de aplicação de recursos	1	3
Planos e Orçamentos	1	2
Emissão de Certidão	1	1
Desenvolvimento de Sistema de Tecnologia da Informação	1	1
Solicitações de Informações	1	0
Averbação de Tempo de Serviço	1	0
Solicitações Diversas	1	0
Adicional	1	0
Outros Ajustes	0	1
Controle de qualidade das auditorias	0	1
SUBTOTAL	733	700
Atos de Pessoal (Sirac)	466	422
Análise de Concessão	280	240
Concessão - Análise Automatizada	101	111
Admissão de Pessoal	46	68
Admissão de Pessoal - Análise Automatizada	35	0
Aposentadoria	3	2
Pensão Civil	1	0
Pensão Militar	0	1
TOTAL	1.199	1.122

Quantidade de Atos de Pessoal Apreciados pelo Tribunal

Os atos de admissões e de concessões são cadastrados no Sistema de Registro de Atos de Concessões e Admissões – Sirac. Os atos de pessoal não homologados pela análise automatizada são instruídos individualmente e podem ser agrupados em um único processo, observados alguns critérios de seleção. A tabela a seguir mostra o quantitativo de processos e os respectivos atos instruídos e apreciados no trimestre.

	Quantidade de Processos	Quantidade de Atos		
		Concessão	Admissão	Total
Decisões Plenárias	466	698	2.134	2.832
Instrução de Processos	422	872	2.066	2.938

Quantidade de Atos de Pessoal (Sirac) apreciados pelo Plenário



* Fonte: Painel de monitoramento do Planest 2024/2027 - Data da consulta: 31/01/2025

Foram realizadas:

- ✓ 5 auditorias
- ✓ 10 inspeções
- ✓ 3 análises de PPP/Concessões
- ✓ 6 monitoramentos
- ✓ 2 levantamentos

Fiscalizações

Jurisdicionados Fiscalizados

Jurisdicionado	Auditorias	Inspeções	Monitoramentos	Análise de PPP/ Concessões	Levantamento	Total de Fiscalizações (*)	Participação no Total de Fiscalizações
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES	0	2	3	2	1	8	22,2%
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF	0	1	2	0	0	3	8,3%
Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA	1	1	0	0	0	2	5,6%
Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB	1	0	1	0	0	2	5,6%
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	0	1	1	0	0	2	5,6%
Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF	0	1	0	0	1	2	5,6%
Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal - SEPE	1	0	0	1	0	2	5,6%
Administração Regional de Santa Maria - RA XIII	0	1	0	0	0	1	2,8%
Câmara Legislativa do DF - CLDF	0	0	0	0	1	1	2,8%
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	0	0	0	1	0	1	2,8%
Defensoria Pública do DF - DPDF	0	0	0	0	1	1	2,8%
Departamento de Trânsito - DETRAN	0	1	0	0	0	1	2,8%
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS-DF	0	1	0	0	0	1	2,8%
Polícia Militar do DF - PMDF	0	1	0	0	0	1	2,8%
Sec de Estado de Desenv Econômico e Turismo - SEDET	0	1	0	0	0	1	2,8%
Sec. de Estado de Obras - SO	1	0	0	0	0	1	2,8%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES	0	0	1	0	0	1	2,8%
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC	1	0	0	0	0	1	2,8%
Secretaria de Estado de Educação - SEE	0	1	0	0	0	1	2,8%
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS	1	0	0	0	0	1	2,8%
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB	1	0	0	0	0	1	2,8%
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF	0	0	0	0	1	1	2,8%
	7	12	8	4	5	36	100%

(*) Considerar que uma fiscalização poderá abranger mais de um jurisdicionado.

GDF - Fiscalização realizada em mais de quatro órgãos ou entidades da Administração Distrital.

Fiscalizações

Auditorias Realizadas

JURISDICIONADA	OBJETO
ADASA, CAESB	Modelo regulatório aplicado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) e a adequação da tarifa praticada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) em relação aos custos dos serviços de saneamento e esgoto prestados à população.
SEEC	Exame do Balanço Patrimonial do GDF referente ao exercício de 2023, com a constatação de que as demonstrações financeiras não apresentam razoavelmente a posição patrimonial do DF.
SEJUS	Conselhos Tutelares do Distrito Federal.
SEMOB, SEPE	Atuação da Secretaria de Estado de Projetos Especiais na coordenação e articulação de ações com outros órgãos de governo voltadas à implementação de projetos especiais e na promoção e realização de estudos para elaboração de Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMIs.
SO	Execução dos serviços continuados de reparo localizado de pavimento asfáltico de vias no Distrito Federal (12 lotes - Etapa I).

Monitoramentos Realizados

JURISDICIONADA	OBJETO
CAESB	Prestação de serviços de vigilância e monitoramento eletrônico e de manutenção de redes.
NOVACAP	Avaliar a regularidade e a economicidade da execução do Contrato 508/2015, firmado entre a Novacap e a Empresa FCB Transporte, Logística e Serviços Gerais Ltda.
SEDES	Programa Prato Cheio e Pão e Leite.
SES, IGESDF	Centros cirúrgicos da rede pública de saúde do Distrito Federal.
SES, IGESDF	Acompanhar o cumprimento das deliberações constantes do Processo nº 1583/2020, o qual tratou de avaliar a conformidade do acompanhamento e fiscalização pela SES sobre o Contrato de Gestão nº 1/2018 (SES x IGESDF), com relação às normas de regência e ao ajuste celebrado.
SES	Oferta e realização de exames de endoscopia pela rede pública de saúde do DF, para fins de monitoramento do cumprimento da Decisão 2762/2023.

Ministério Público junto ao TCDF

COBRANÇAS EXECUTIVAS

Estão sob acompanhamento do MPjTCDF **2.185 acórdãos** do TCDF, dos quais **682** consistem em cobranças executivas ajuizadas no TJDF.

Cobranças Executivas encaminhadas à PGDF

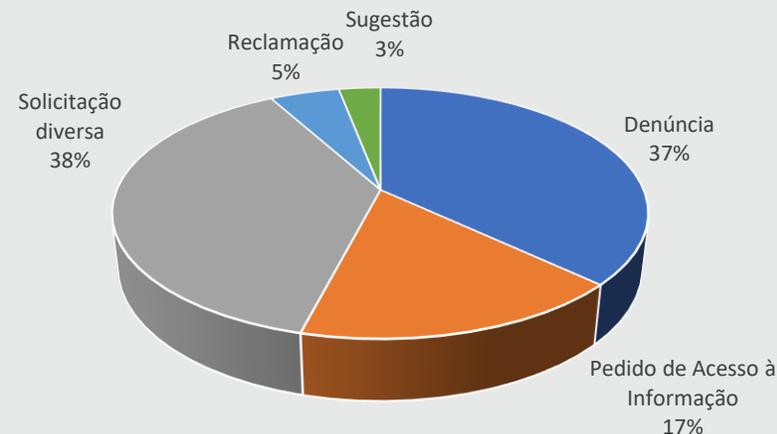
Situação	Quantidade
Com ação no TJDF	682
Inscritas em dívida ativa	169
Parceladas	79
Outras situações	1.255
Total	2.185

Nos campos institucional e administrativo, foram desenvolvidas diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, o encaminhamento pelo MPjTCDF de **40 representações** alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

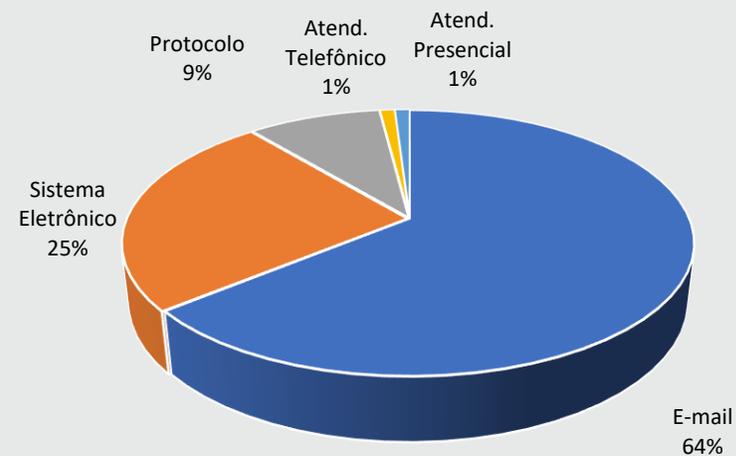
Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu um total de **147** demandas no trimestre. Os tipos de manifestação e os canais de recebimento das demandas são apresentados nos gráficos a seguir. Além disso, **123** encontram-se concluídas e **24** estão em andamento, representando, respectivamente, 84% e 16% do total.

DEMANDAS



CANAL DE ATENDIMENTO

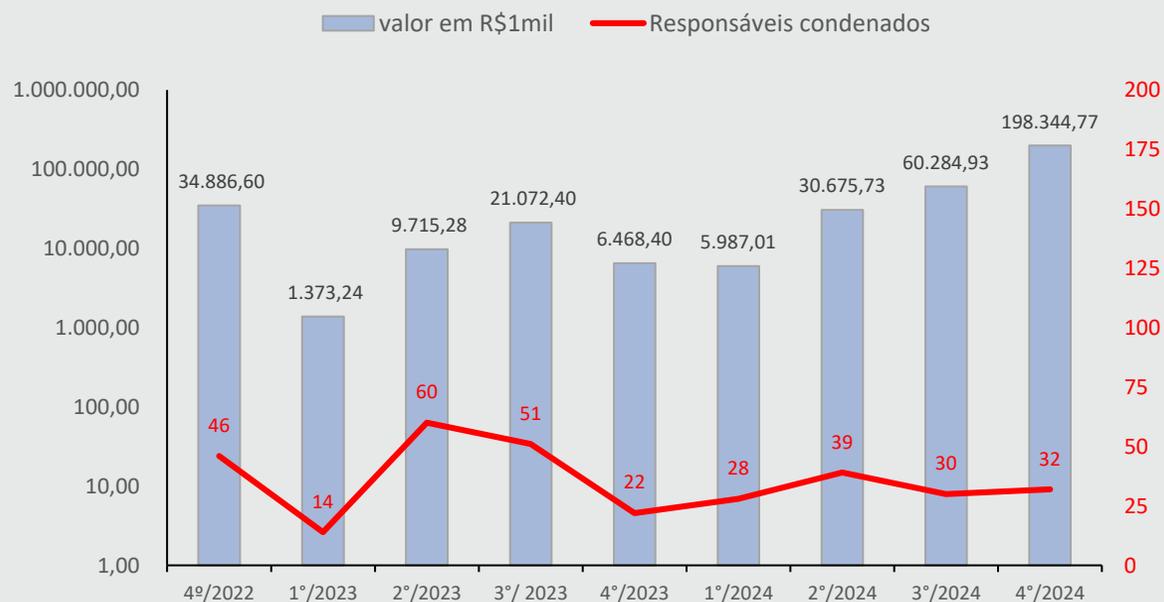


Benefícios Mensuráveis no 4º Trimestre

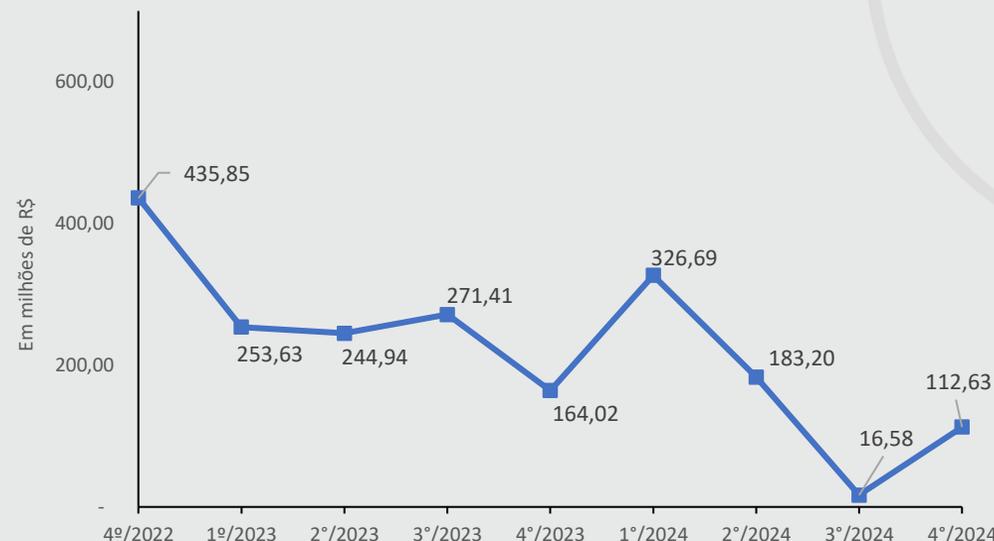
Foram condenados em débito ou multados **32 responsáveis** para recolherem aos cofres públicos o valor total de **R\$ 198,3 milhões**.

Na fiscalização de licitações, a atuação preventiva do Tribunal gerou uma economia estimada em **R\$ 112,6 milhões**.

Série histórica das condenações em débito ou multa e seu valores



Série histórica das economias estimadas



* A redução substancial no valor da economia estimada gerada pela fiscalização de licitações ocorrida no 3º trim/2024 se deve à mudança metodológica aprovada pela Resolução nº 328/24. Além disso, houve substituição do sistema que registra e monitora as licitações, sendo necessários alguns meses para ajustar os valores

EXEMPLOS DE PROCESSOS QUE GERARAM ECONOMIA EM LICITAÇÃO

► No processo nº **5164/2024-e**, a economia estimada foi de **R\$ 69,9 milhões**. O objeto do processo, de interesse da Seape, era o fornecimento de alimentação para os internos do sistema prisional da Secretaria. Por meio da atuação do Tribunal, o certame foi cautelarmente suspenso para sanar as falhas identificadas, o que, ao final, resultou na redução do preço máximo inicialmente estimado para o certame.

► No processo nº **3471/2024-e**, a economia estimada foi de **R\$ 7,7 milhões**. O objeto do processo, cuja interessada era a SEL, era a aquisição de mobiliários, a fim de atender às demandas da Secretaria. A análise prévia do Edital por parte do Tribunal levou à suspensão cautelar do certame a fim de sanar as falhas identificadas, o que, por consequência, resultou na redução do valor máximo inicialmente estimado para a licitação.

PROJETOS E INICIATIVAS

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos e implantar melhorias nos serviços de controle externo e administrativos, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diversos projetos e iniciativas.

Esses projetos ou iniciativas visam melhorar os serviços prestados pelo Tribunal à sociedade. Dentre os projetos concluídos no 4º trimestre, destacam-se:

- regulamentação da metodologia de atualização de cálculos de débitos e multas imputados pelo Tribunal e aprimoramento do Sindec para contemplar a nova metodologia e novas funcionalidades para a inserção e atualização de valores;
- revisão e atualização do *site* do TCDF;
- implementação de sistemática de quantificação de benefícios gerados pela atuação do controle externo;
- substituição do sistema de controle de acesso dos edifícios do TCDF;
- aprimoramento da metodologia de seleção de fiscalizações com base em risco, materialidade, relevância e oportunidade.

Escola de Contas Públicas



Maratona Temática sobre Governança em Saúde

A Maratona incluiu temas como o modelo de governança pública em saúde do DF, análises sobre a privatização de serviços públicos de saúde e a importância do controle social para a qualidade dos serviços prestados à população.



Cursos e Palestras

Abordados temas como: “Erros Comuns em Contratos de Obras e como Evitá-los”, “Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação”, “Controle Social dos Investimentos na Área da Cultura”.



TCendo o Futuro

A Escon recebeu estudantes para debater consciência cidadã e controle social. A ação faz parte do projeto “TCendo o Futuro”, que busca despertar a consciência cidadã de alunos do ensino fundamental e médio. O projeto contou com visita guiada, apresentações e dinâmicas para que os estudantes compreendam, de forma lúdica, as atribuições do Tribunal.

Escola de Contas Públicas

Ações educacionais promovidas pela Escon

Ações:

43

Participantes:

1.834

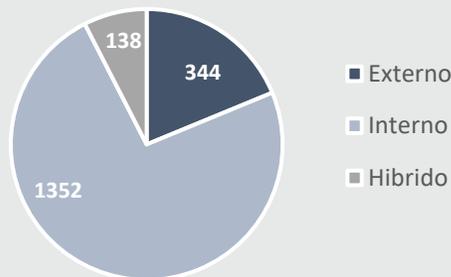
Carga Horária (h/a):

485

Valor:

R\$ 439,9 mil

Ações por tipo de público



Ações educacionais promovidas externamente

Ações:

25

Participantes:

133

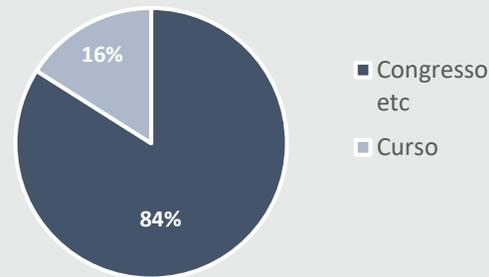
Carga Horária (h/a):

499

Valor:

R\$ 180,4 mil

Modalidade da ação



Bolsas de estudos gerenciadas

Graduação:

9

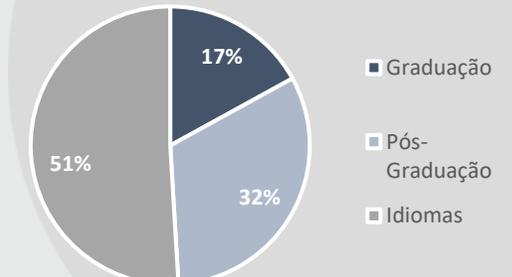
Pós-graduação:

17

Idiomas:

27

Tipos de bolsa



Relacionamento Interinstitucional



Uso da Inteligência Artificial

O TCDF recebeu o promotor Moacyr Rey Filho (CNMP) para discutir o uso da inteligência artificial nos órgãos públicos, focando no fortalecimento da transparência e do controle externo.

Avaliação de Desempenho dos Tribunais de Contas

O TCDF sediou uma reunião do Comitê Executivo do MMD-TC da Atricon para preparar relatórios consolidados sobre a avaliação de desempenho dos Tribunais de Contas.



Presidência do Comitê de Segurança Pública do IRB

O Desembargador de Contas Renato Rainha assumiu a presidência do recém-criado Comitê de Segurança Pública do IRB, que visa produzir um estudo sobre os desafios da segurança pública e orientar os Tribunais de Contas em suas fiscalizações. O Comitê também levará em conta a prevenção e o combate à violência, especialmente entre grupos sociais vulneráveis.



Aposentadoria

Representantes do TCDF participaram do Fórum “Caminhos para Aposentadoria” da SES/DF, explicando sua atuação na análise das concessões de aposentadorias. O evento abordou regras previdenciárias, aspectos operacionais, de saúde e planejamento financeiro.



Processos Internos

Essa perspectiva contém as atividades para melhoria dos processos de trabalho.

DESTAQUES

Modernização da Comunicação Institucional

- ✓ Lançamento de novo portal na intranet da Secretaria-Geral de Controle Externo.
- ✓ A Biblioteca Cyro dos Anjos disponibilizou portal para facilitar o acesso a bases de dados relevantes, promovendo a pesquisa e o uso de recursos digitais.
- ✓ Lançamento de Painel Digital que permite o monitoramento do Plano Estratégico do TCDF de forma transparente, incluindo sua cadeia de valor.

Diário Oficial

O TCDF aprovou a criação de um Diário Oficial Eletrônico para publicação de atos, visando aumentar a transparência e eficiência.

Normativos

Portaria nº 401, que altera a Portaria nº 251, que dispõe sobre os valores de referência a serem utilizados para autuação e análise de edital de licitação, conforme previsto no art. 9º, da Resolução nº 369, e dá outras providências.

Inteligência Artificial

O TCDF lançou um guia para orientar o uso ético de IA, incluindo o desenvolvimento do protótipo do ChatTCDF, uma ferramenta de IA para apoiar os serviços do Tribunal.

Realizou-se o lançamento oficial do sistema Análise de Decisões Automatizada – ADA, que permite obter rapidamente dados sobre o cumprimento das decisões da Corte pelos órgãos públicos distritais, promovendo maior transparência e controle social.

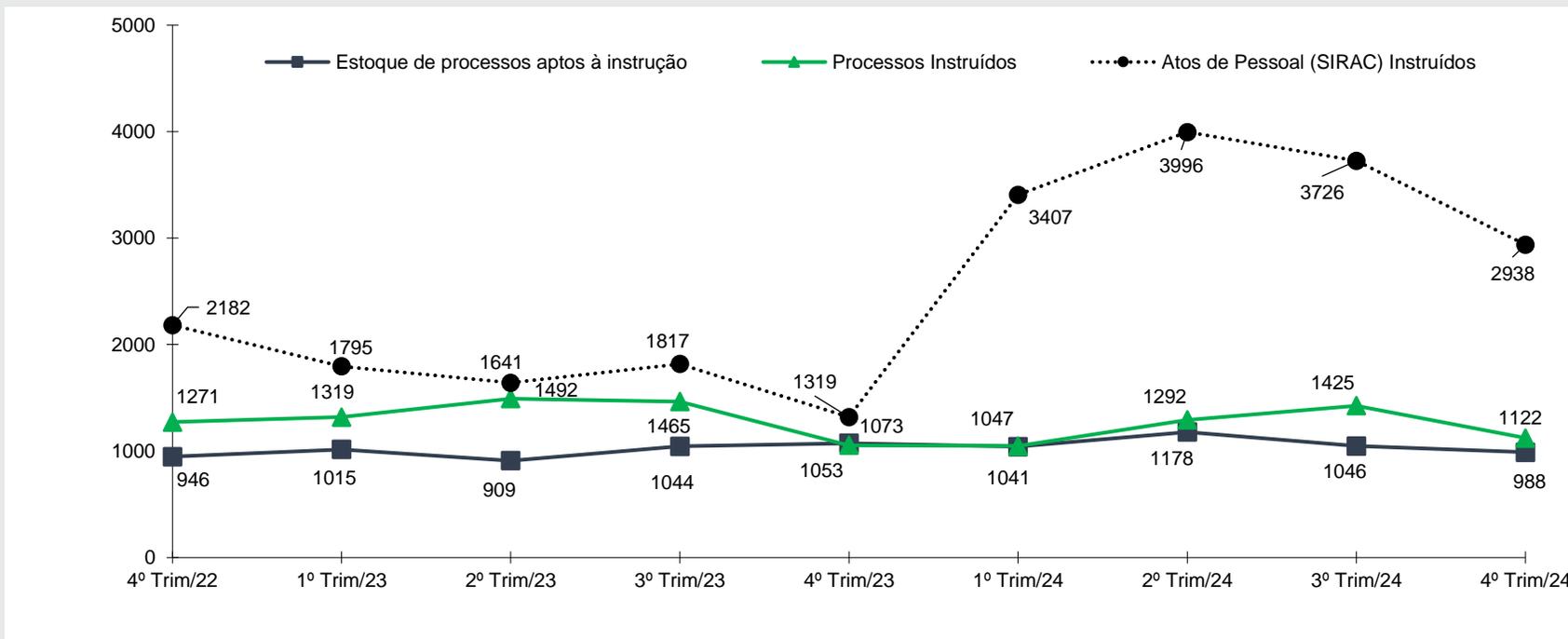
Instrução de Processos

No quarto trimestre, foram realizadas **1.122** instruções de processos e instruídos **2.938** atos pessoal (Sirac). Esses atos de pessoal, que podem ser de admissão ou de concessão, estão contidos em 422 dos processos instruídos e referem-se às admissões de pessoal, aposentadorias, pensões, reformas (e respectivas revisões) dos servidores dos órgãos jurisdicionados, os quais são analisados e instruídos em bloco, ou seja, vários atos podem ser apreciados em um mesmo processo, por meio do Sirac.

O Gráfico abaixo registra, por trimestre, a realização de instruções de processos e instrução de atos de pessoal. Confrontando tal atividade com o estoque de processos apto à instrução ao final de cada período, revelam-se, quando comparado com o exercício anterior, aumento na instrução e redução do estoque de processos. Vale esclarecer que o expressivo aumento na instrução de atos Sirac a partir de 2024 se deve ao fato de que os atos de admissão passaram a ser contabilizados, o que não ocorria antes de 2024.

Registre-se ainda que, ao final do quarto trimestre, do estoque total de 1.727 processos a instruir, 988 atos encontravam-se aptos à instrução, e 867 processos estavam com tramitação paralisada, nestes incluídos os sobrestados, os que aguardam cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstam a instrução do processo.

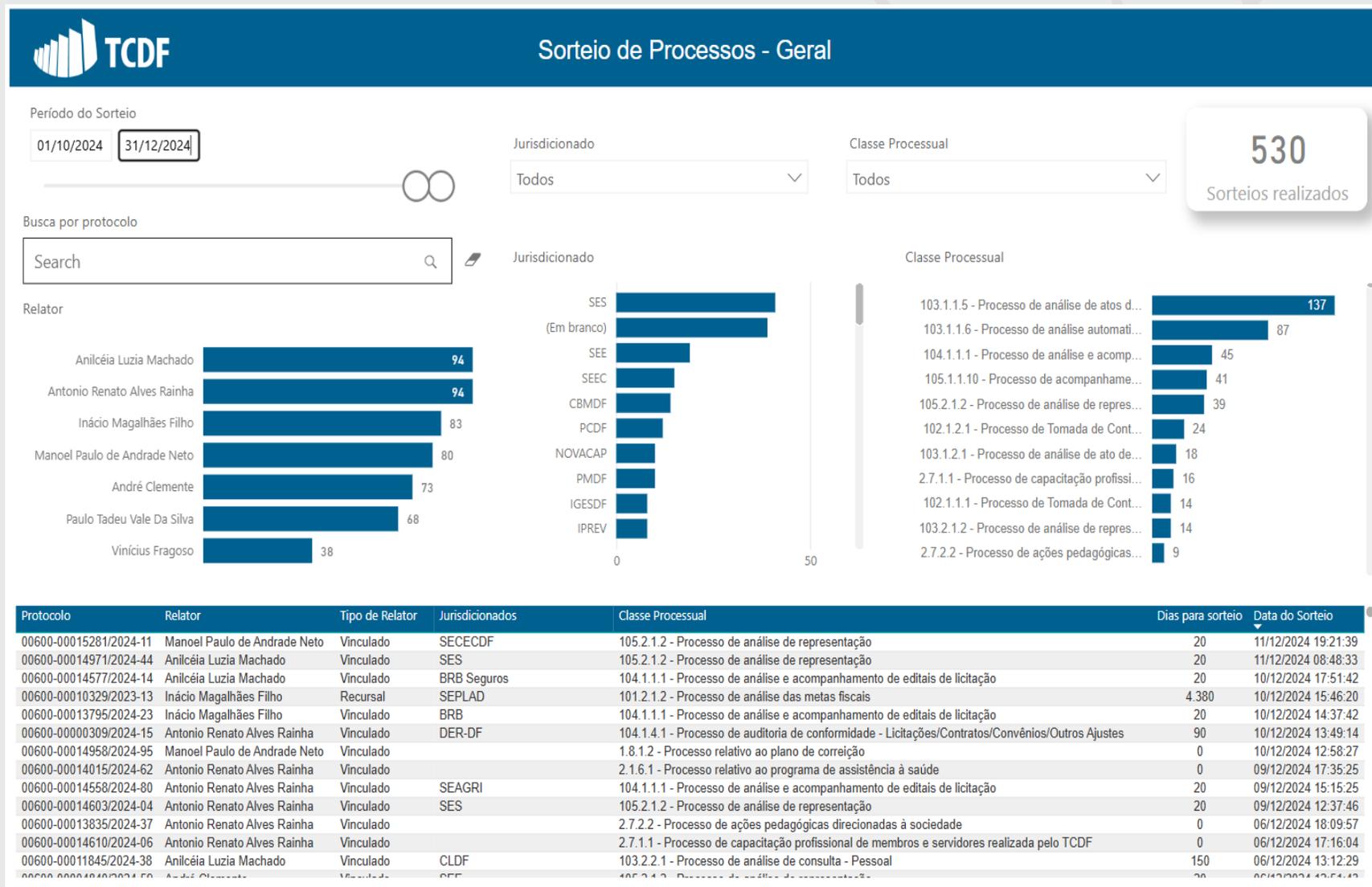
Instrução e Estoque de Processos



Distribuição de Processos

No trimestre, foram distribuídos por intermédio de sorteio eletrônico, 530 processos para serem relatados pelos Desembargadores de Contas da Corte, com exceção do Presidente.

Na página Transparência na Distribuição de Processos, contida no *site* do TCDF, podem ser consultados os detalhes do sistema de sorteio, cujo *link* é: <https://unidades.tc.df.gov.br/distribuicao-de-processos>.



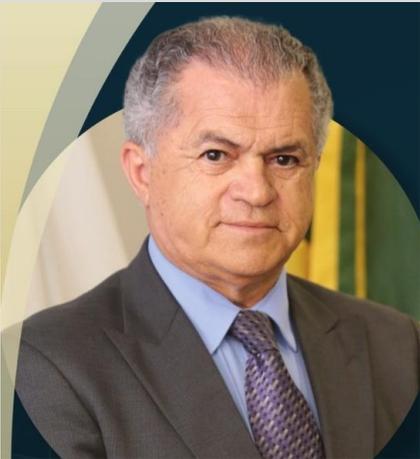


Recursos e Pessoas

Nessa perspectiva, estão contidos os objetivos que dão suporte às atividades do Tribunal: pessoas e estrutura.

Destques

Presidência do TCDF para o biênio 2025-2026



O Desembargador de Contas Manoel de Andrade foi eleito o novo Presidente do TCDF, com o Desembargador Inácio Magalhães Filho como Vice-Presidente, para o biênio 2025-2026. A eleição também incluiu a escolha de um Desembargador de Relações Institucionais e o Presidente da Comissão de Regimento e Jurisprudência, cargos ocupados, respectivamente, pelo Desembargador André Clemente e pela Desembargadora Anilcéia Machado.

Desembargadores de Contas

Os membros do TCDF agora serão chamados de "Desembargadores de Contas", refletindo suas competências jurisdicionais e de Controle Externo (Emenda Regimental nº 11 e nº 10, de 11 de dezembro de 2024).

Sustentabilidade

O TCDF implementou medidas sustentáveis, como uma vaga de carregamento para carros elétricos e uma usina fotovoltaica de 150 kW com 240 placas solares, com o objetivo de reduzir o consumo de energia em 30%. Essas ações fazem parte do Plano de Logística Sustentável da Corte, que visa promover um ambiente de trabalho mais consciente e eficiente em relação ao meio ambiente.

Novos servidores

O TCDF deu posse a dez novos servidores aprovados em concurso público.

Instrução Normativa 2, de 04.12.24

Instituiu o Sistema de Envio de Dados – Send, que dispõe sobre a remessa periódica de dados ao TCDF pelas unidades jurisdicionadas que especifica e dá outras providências.



Gestão de Recursos Humanos

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Em relação ao trimestre anterior, houve variação na quantidade de comissionados sem vínculo efetivo (+5), cedidos de outros órgãos (+1) e Anace (+7), sendo que, deste último, 42% dos cargos ainda estão vagos. No total, a força de trabalho do Tribunal teve um reforço de 13 servidores.

Cargo/Função	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados 31.12.24
		Posição em 30.09.24	Posição em 31.12.24	
Auditor de Controle Externo - Área de Auditoria (ACE-Aud)	300	274	274	91
Auditor de Controle Externo - Área Especializada (ACE-Esp)	76	59	59	78
Analista Administrativo de Controle Externo (ANACE)	154	82	89	58
Subtotal	530	415	422	80
Desembargadores de Contas	7	7	7	100
Auditores	3	1	1	33
Procuradores	4	3	3	75
Comissionados sem vínculo efetivo	-	153	158	-
Cedidos de outros órgãos	-	105	106	-
Subtotal	14	269	275	-
Total	544	684	697	-
Cargos em Extinção (*)				
Analista Administrativo de Controle Externo - Especialidades em extinção (ANACE)	70	23	23	33
Técnico Administrativo de Controle Externo - Todas especialidades (TACE)	33	13	13	39
Total	103	36	36	35

(*) Cargos em extinção, conforme estabelecido na Resolução 265/2013, Anexo II.

Recursos Orçamentários e Financeiros

A execução da despesa alcançou **R\$ 577,2 milhões**, equivalendo a 99,9% da despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual para este ano.



Equipe responsável pela elaboração do Relatório de Atividades

COORDENAÇÃO

Luiz Genédio M. Jorge

Diretor da Diplan

ELABORAÇÃO

Sérgio Ramalho Dantas Varella

ACE-Esp

Mauri Siqueira Montessi

ACE-Esp

Jefferson Gonçalves da Silva

Anace

Vanessa Moreira Meireles

Assessora

Eduardo de Almeida Ferreira

Estagiário

